

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP SEI Nº 0021182467/2024 - SES.UAD.APA

1 - DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (obrigatório)

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, este campo é obrigatório.

A administração adquire bens móveis permanentes, que são utilizados para o desenvolvimento de suas atividades, bem como na prestação de serviços públicos à população.

Com o decurso do tempo, referidos bens deixam de ser úteis a administração, tornando-se inservíveis, seja pela ociosidade, irrecuperabilidade, desgaste pelo uso, a substituição por um novo modelo, por estar danificado ou fora da norma vigente ou ainda, porque os custos para manutenção tornam o bem antieconômico.

Com isso, a Secretaria de Saúde tem um grande volume de bens considerados inservíveis, que acabam por dificultar a organização, bem como podem colocar em risco a circulação e saúde dos que circulam neste setor.

Por estes bens, não mais servirem a finalidade para qual foram adquiridos, não há motivo para que tais bens permaneçam integrados ao patrimônio público, razão pela qual ocorre o desfazimento destes bens, que tem por objetivo principal angariar recursos para a aquisição de novos bens permanentes, e a redução de custos administrativos para manutenção dos mesmos no acervo patrimonial.

2 – DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL.

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

O Plano de Contratações Anuais foi dispensado por meio do Decreto nº 51.742/2022, que aprovou a Instrução Normativa nº 04/2022 (0015231284), sendo necessária sua elaboração somente no exercício de 2024, porém, até a data de elaboração deste documento, a Administração Municipal não divulgou o Plano de Contratações Anual do exercício de 2024.

Registra-se que a contratação esta prevista no plano de ações da Secretaria Municipal de Saúde de Joinville para o ano de 2024. Assim, a contratação está prevista no plano de ações da Secretaria para o ano de 2024.

3 – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

Para a adequada satisfação da necessidade da Administração, devem ser atendidos os seguintes requisitos mínimos:

3.1 - O prazo para retirada dos bens pelo arrematante iniciará no sexto dia útil após a realização do leilão encerrando-se no vigésimo dia útil;

3.2 - Os itens arrematados somente serão liberados mediante a Nota de Venda de Leilão, uma vez comprovada a compensação do pagamento, no prazo estabelecido no item 3.1;

3.3 - Os bens serão disputados em lotes, conforme valores iniciais mínimos a serem elencados no Termo de Referência;

3.4 - Os bens serão leiloados no estado em que se encontram, não cabendo ao município qualquer responsabilidade quanto a consertos, reparos ou providências referente ao transporte de bens leiloados, assim, não serão aceitos reclamações posteriores à arrematação até a data do Leilão, bem como não serão aceitas desistências ou devoluções;

3.5 - Todas as despesas com frete e remoção dos bens arrematados, correrão por conta

do arrematante vencedor;

3.6 - A pesagem dos bens arrematados correrá por conta do arrematante vencedor;

3.6.1 - Quaisquer tipos de veículos não fazem parte do presente processo de leilão;

Os demais requisitos específicos estarão dispostos no Termo de Referência.

4 – ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO (obrigatório)

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, este campo é obrigatório.

4.1 - Para a presente contratação, a estimativa das quantidades foram obtidas, de modo geral, considerando a quantidade de quilos estimados em cada galpão de armazenamento, desde que não seja superada a pesagem total máxima de 11.500Kg de Ferro Velho para o lote nº 001 e de 3.000Kg de Ferro Velho para o lote nº 002.

4.2 - De modo geral, foram considerados bens inservíveis os materiais/equipamentos que não apresentam mais condições de uso, avaliados pelas unidades de origem e colocados à disposição para leilão (exceto veículos);

4.3 - A quantidade dos bens a serem leiloados está demonstrada na tabela abaixo:

Item	Lote	SEI	Descrição	Quantidade
01	001	0020296693	Sucatas de móveis e equipamentos diversos (bicicletas, cadeiras, mesas auxiliares, longarinas, estantes, armários, arquivos, suportes de soro, macas, armários tipo vestiário, lixeiras, condicionadores de ar, refrigeradores, bebedouros, conservadoras de vacina, frigobares, materiais diversos de informática: monitores, teclados, modems, peças avulsas, mouses, impressoras, fontes de notebooks, mouses, notebooks, cabos diversos, fontes, estabilizadores, suporte de monitores) - exceto veículos	Até a pesagem máxima de 11.500Kg de Ferro Velho (no estado em que se encontram).
01	002	0020296695	Sucatas de móveis e equipamentos diversos (macas, camas hospitalares, focos cirúrgicos, refrigeradores, condicionadores de ar, mesas auxiliares, longarinas, cadeira de rodas, cadeiras e longarinas) - exceto veículos	Até a pesagem máxima de 3.000Kg de Ferro Velho (no estado em que se encontram)

5 - LEVANTAMENTO DE MERCADO

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

As soluções disponíveis no mercado para atender a necessidade da Administração são:

- Doação;
- Leilão.

a) Após análise das soluções de mercado (doação ou leilão), considerando os elementos dispostos em cada opção, demonstra-se como a melhor solução para atendimento ao interesse público envolvido, a realização de Leilão dos inservíveis pertencentes à Secretaria Municipal de Saúde;

b) Em se tratando de bens inservíveis à Administração, a melhor solução disponível no mercado para atender a necessidade da Administração vislumbrada é a alienação dos bens por meio de leilão.

CONCLUSÃO - MELHOR SOLUÇÃO

Considerando as soluções de mercado supra elencadas, e as características e custos de cada opção, demonstra-se como a melhor solução para atendimento ao interesse público envolvido a contratação de Leilão para a alienação de bens inservíveis pertencentes ao município de Joinville, sendo bens da Secretaria Municipal da Saúde, vez que se mostrou tecnicamente a mais adequada à necessidade e fundamentadamente atendendo ao interesse público

Desta forma, a melhor solução para atendimento ao interesse público é o desfazimento

destes bens, que hoje se acumulam nos depósitos da Administração Pública, muitas vezes, gerando custos de armazenamento e possíveis criadouros de pragas e arboviroses. Depósitos estes que, poderão ser reestruturados para a guarda de inservíveis que hoje se acumulam nas unidades da Secretaria de Saúde do Município de Joinville, dificultando a organização, bem como colocando em risco a circulação e saúde dos que circulam nestas unidades, ou ainda, depósitos que poderiam ser utilizados para outras finalidades.

6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (obrigatório)

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, este campo é obrigatório.

Considerando que em se tratando de leilão, haverá a disputa entre os interessados, sendo repassado para a Administração o valor conforme arrematação.

No entanto, conforme avaliação prévia e orçamentos realizados em cooperativas e fornecedores que adquirem sucatas e ferro velho (Anexos SEI nº 0021265739, 0021265760, 0021267692) a média do valor estimado para o quilograma de "sucata de ferro (bicicletas, cadeiras, mesas auxiliares, longarinas, etc) resultou em R\$ 0,75 (setenta e cinco centavos) e a "sucata de ferro misto (macas, camas hospitalares, focos cirúrgicos, etc) resultou em R\$ 0,62 (sessenta e dois centavos), de forma que, para a presente contratação, considerando que o peso total dos itens a serem leiloados é de 14.500kg, o valor estimado é de R\$ 10.485,00 (dez mil quatrocentos e oitenta e cinco reais), considerando o arredondamento do valor.

ITEM	LOTE	DESCRIÇÃO	SUCATA (KG)	VALOR KG DA SUCATA	VALOR MÍNIMO ALIENAÇÃO
1	1	Sucatas de móveis e equipamentos diversos (bicicletas, cadeiras, mesas auxiliares, longarinas, estantes, armários, arquivos, suportes de soro, macas, armários tipo vestiário, lixeiras, condicionadores de ar, refrigeradores, bebedouros, conservadoras de vacina, frigobares, materiais diversos de informática: monitores, teclados, modems, peças avulsas, mouses, impressoras, fontes de notebooks, mouses, notebooks, cabos diversos, fontes, estabilizadores, suporte de monitores) - exceto veículos	11.500	0,75	R\$ 8.625,00
2	2	Sucatas de móveis e equipamentos diversos (macas, camas hospitalares, focos cirúrgicos, refrigeradores, condicionadores de ar, mesas auxiliares, longarinas, cadeira de rodas, cadeiras e longarinas) - exceto veículos	3.000	0,62	R\$ 1.860,00

7 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

Após análise das soluções de mercado (doação ou leilão), considerando os elementos dispostos em cada opção, demonstra-se como a melhor solução para atendimento ao interesse público envolvido, a realização de leilão dos inservíveis pertencentes à Secretaria Municipal de Saúde;

8. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO (obrigatório)

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, este campo é obrigatório.

É tecnicamente e economicamente viável dividir o leilão, sendo que não haverá a perda de economia de escala pela divisão, e ainda, haverá o melhor aproveitamento do mercado e ampliação da competitividade ao dividir a solução.

O leilão será dividido em itens e lotes de acordo o Termo de Referência a ser elaborado, e que constará presente nesse processo.

9 - DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

Os resultados pretendidos com a presente contratação não estão atrelados apenas a termo

de economicidade e de aproveitamento de recursos humanos, materiais e financeiros, mas principalmente ao interesse público a ser atendido, que muitas vezes não está diretamente interligado a todas essas questões. No caso, busca-se o aproveitamento de recursos com a alienação dos bens, os quais não possuem mais usabilidade para a Administração, estando totalmente inoperantes e inservíveis.

Entretanto, aqui relevante constar que, os resultados pretendidos a todos os níveis (economicidade, aproveitamento de recursos - seja de qualquer espécie) estão atrelados à formatação da contratação.

10. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

Importante pontuar que quanto a equipe técnica de fiscalização, essa Secretaria possui servidores com experiências e conhecimento acerca dos serviços a serem adquiridos, bem como, caso necessário pode-se solicitar o suporte das demais Secretarias.

Ainda, indicamos que quando da indicação dos membros para fiscalização do contrato, em atendimento ao princípio da segregação de funções, o ordenador da despesa deverá observar que não se recomenda que os membros da elaboração da fase preparatória atuem como membros da comissão de fiscalização.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

Não há contratações correlatas e/ou interdependentes.

12. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

Não se vislumbra impacto ambiental para a contratação. No entanto, caso cabível, os arrematantes e leiloeiro deverão observar a destinação adequada dos resíduos decorrentes da contratação.

13. ANÁLISE DE RISCOS

De acordo com o art. Art. 18, inciso X da Lei 14.133/2021, na fase preparatória, devem ser abordados os riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual

Analisando os Riscos da Contratação, podemos indicar os seguintes elementos:

a) **identificação de riscos** - para a presente contratação constatou-se os seguintes riscos:

Nível 2: Possibilidade de ocorrência de leilão sem interessados;

	Probabilidade P	
Índice	Descrição	Nível
Raro	Evento extraordinário. Acontece apenas em situações excepcionais. Não há histórico conhecido do evento ou não há indícios que sinalizem sua ocorrência.	1
Pouco Provável	Evento casual, inesperado. Existe histórico de ocorrência. O histórico conhecido aponta para a baixa frequência de ocorrência no prazo associado ao objetivo.	2
Provável	Evento esperado de frequência reduzida. Histórico parcialmente conhecido. Repete-se com frequência razoável no prazo associado ao objetivo ou há indícios que possa ocorrer nesse horizonte.	3
Muito provável	Evento usual de frequência habitual. Histórico amplamente conhecido. Repete-se com elevada frequência no prazo associado ao objetivo ou há indícios que ocorrerá nesse horizonte.	4
Praticamente certo	Evento que se repete seguidamente. Interfere no ritmo das atividades. Ocorrência quase garantida no prazo associado ao objetivo.	5

b) **análise de riscos** - os riscos encontrados possuem como consequência o não recebimento dos valores decorrentes da alienação e a continuidade dos bens inservíveis em depósito da Administração, gerando custos de armazenamento e possíveis criadouros de pragas e arbovíroses;

Equivalente ao Nível 5: Capaz de impedir o alcance do objetivo. Compromete totalmente ou quase totalmente o atingimento do objetivo/resultado;

	Impacto (I)	
Índice	Descrição	Nível
Muito Baixo	Não afeta o objetivo. Compromete minimamente o atingimento do objetivo. Para fins práticos, não altera o alcance do objetivo/resultados.	1
Baixo	Afeta pouco o objetivo. Compromete em alguma medida o alcance do objetivo, mas não impede o alcance da maior parte do objetivo/resultados.	2
Médio	Torna incerto ou duvidoso o alcance do objetivo. Compromete razoavelmente o alcance do objetivo/resultados.	3
Alto	Torna improvável o alcance do objetivo. Compromete a maior parte do atingimento do objetivo/resultados.	4
Muito Alto	Capaz de impedir o alcance do objetivo. Compromete totalmente ou quase totalmente o atingimento do objetivo/resultados.	5

c) avaliação de riscos - dos riscos encontrados, procedendo a ponderação do impacto e da probabilidade, constatamos que os riscos são classificados como **Altos**;

Classificação dos Riscos	
Pontuação	Risco
15 a 25	Muito Alto
8 a 12	Alto
3 a 6	Médio
1 e 2	Baixo
0	Muito Baixo

d) tratamento de riscos - com base na análise realizada, esta equipe de planejamento entende que deve-se adotar a conduta **mitigar**, proceder à avaliação criteriosa dos bens, evitando que o valor não seja atrativo para possíveis arrematantes;

Possibilidade de Tratamento de Riscos	
Conduta	Descrição
Evitar	Descontinuar a atividade, interromper o processo de trabalho.
Transferir	Compartilhar o risco com terceiros, como no caso dos seguros.
Mitigar	Desenvolver e implementar medidas para evitar que o risco se concretize e/ou medidas para atenuar o impacto e as consequências, caso ocorra.
Mitigar/transferir	Desenvolver e implementar ambas as medidas: mitigar e transferir
Aceitar	Não há necessidade de adotar quaisquer medidas. Considerar se é o caso de monitorar ao longo do tempo.

14. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO PARA O ATENDIMENTO DA NECESSIDADE A QUE SE DESTINA (obrigatório)

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, este campo é obrigatório.

Para proceder à análise da viabilidade da contratação, esta deve atender positivamente os seguintes critérios:

Parâmetro considerado	Sim	Não	Observação / Comentário
1. O modelo adotado para a contratação é o mais vantajoso para a Administração, tanto pelo aspecto técnico como pelo econômico?	x		
2. O modelo adotado para a contratação está em conformidade com o praticado no mercado?	x		
3. O valor estimado da contratação está em conformidade com a previsão orçamentária?	x		
4. Os resultados pretendidos com a contratação compensam os investimentos realizados pela Administração, em curto, médio e longo prazo?	x		Curto
5. De acordo com a análise dos riscos para a contratação, a contratação é viável e não possui risco de dano ao erário? (moderado/médio a grave)	x		Moderado
6. Há risco de comprometimento do sucesso da licitação e da execução, considerando os fatos ocorridos em contratações anteriores do mesmo objeto ou similares.	x		Ausência de interessados
7. No caso do item anterior, foram indicadas as medidas necessárias para mitigar os riscos?	x		Sim

CONCLUSÃO: Com base neste Estudo Técnico Preliminar, a Equipe/Comissão de Planejamento declara **viável** a contratação de Leilão para a alienação de bens inservíveis pertencentes ao município de Joinville, sendo bens da Secretaria Municipal da Saúde, nos moldes descritos no presente Estudo Técnico Preliminar, vez que se mostrou a solução técnica e economicamente mais adequada à necessidade da Administração e fundamentadamente atende ao interesse público.



Documento assinado eletronicamente por **Rosana Marcia da Silva, Coordenador(a)**, em 09/05/2024, às 12:47, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº 8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://portalsei.joinville.sc.gov.br/> informando o código verificador **0021182467** e o código CRC **E06A01A3**.

Rua Max Colin, 550 - Bairro América - CEP 89204-040 - Joinville - SC - www.joinville.sc.gov.br

24.0.047330-1

0021182467v20